

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RAFAEL FELLIPE MONTEIRO SANTOS

**DIFERENÇAS NA PERCEPÇÃO DE IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO
FLUXO DE CAIXA ENTRE O SETOR PÚBLICO E O PRIVADO**

UBERLÂNDIA
JULHO DE 2019

RAFAEL FELLIPE MONTEIRO SANTOS

**DIFERENÇAS NA PERCEPÇÃO DE IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO
FLUXO DE CAIXA ENTRE O SETOR PÚBLICO E O PRIVADO**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Ricardo Rocha de Azevedo

**UBERLÂNDIA
JULHO DE 2019**

RESUMO

Considerando que o Demonstrativo de Fluxo de Caixa tem sido vinculado às novas ferramentas utilizadas na administração tanto no setor público como privado. Nota-se que o DFC abrange objetivos diferentes daqueles focados na iniciativa privada, visto que, mesmo utilizando um modelo contábil semelhante em alguns aspectos, a contabilidade pública estatal atua com finalidades distintas da contabilidade privada. Essa pesquisa teve como objetivo verificar se existe diferença na percepção de utilidade da DFC, comparando se contadores do setor público e privado. Para atingir tal objetivo foram avaliados os propósitos da elaboração dos Demonstrativos de Fluxo de Caixa na percepção dos contadores dos dois setores. A DFC no setor público, demonstrou uma gestão pública voltada para a responsabilidade fiscal, voltada para o equilíbrio orçamentário, ou seja, entre receitas e despesas. Analisando a DFC do setor privado, nota-se que ela tem a finalidade de dispor a entrada e saída de recursos se comprometendo a cobrir pagamentos com fornecedores e despesas diversas.

Palavras-chave: Demonstração do Fluxo de Caixa; DFC; Gestão Financeira; Demonstrações Contábeis.

ABSTRACT

Considering that the Statement of Cash Flow has been linked to the new tools used in administration in both the public and private sectors. It should be noted that the DFC covers objectives different from those focused on the private sector, since, even using a similar accounting model in some respects, the state public accounting operates for purposes other than private accounting. This research had as objective to verify if there is difference in the perception of utility of the DFC, comparing if counters of the public and private sector. To achieve this objective, the purposes of the preparation of the Cash Flow Statements in the perception of the accountants of the two sectors will be evaluated. The DFC in the public sector has demonstrated a public management focused on fiscal responsibility, focused on the budget balance, that is, between revenues and expenses. In analyzing the DFC of the private sector, it is noted that it has the purpose of arranging the entry and exit of resources pledging to cover payments with suppliers and miscellaneous expenses.

Keywords: Cash Flows Statement; DFC; Finance Management; Financial Reporting.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1	Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
2.2	Estudos anteriores.....	12
3	METODOLOGIA.....	16
4	RESULTADOS.....	18
5	CONCLUSÃO.....	22
6	REFERÊNCIAS.....	24
7	APÊNDICE.....	26

1 INTRODUÇÃO

As reformas na contabilidade no país estão em andamento tanto no setor público quanto no setor privado. No setor privado tem-se buscado a adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*), processo conduzido internacionalmente pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) com o objetivo de restringir os efeitos negativos da diversidade contábil, entre elas a falta de comparabilidade entre demonstrações contábeis em organizações distribuídas em países distintos, acesso ao mercado entre organizações estrangeiras, os órgãos vêm buscando a uniformização das demonstrações contábeis no âmbito mundial (BORSATO; SILVA; LEMES; 2009).

Ainda que essas mudanças tenham origem vinculada ao setor privado, elas se estenderam ao setor público IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*), conduzido pela IFAC (*International Federation of Accountants*). A introdução dessas novas práticas no setor público permite a comparabilidade dos resultados alcançados pelos governos e ampliação da qualidade da evidenciação contábil desse setor (LEMES; CARVALHO 2008).

Os principais objetivos das políticas públicas incluem: corrigir as imperfeições do mercado ou atenuar seus efeitos, manter uma estabilidade econômica e social, fomentar o crescimento econômico, melhorar a distribuição de renda, universalizar o acesso aos bens e serviços públicos produzidos pelo próprio setor público ou pelo setor privado, assegurar o cumprimento das funções elementares de uma entidade pública. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos órgãos públicos é justamente causado pela falta de planejamento para atingir esses objetivos e diante do processo de convergência da contabilidade pública brasileira que teve início com a publicação das primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP, atualmente renomeadas para NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e concretizada com a publicação pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que prepara as implementações de procedimentos patrimoniais, sem planejamento os municípios e demais órgãos públicos não terão suas contas públicas aprovadas e o desequilíbrio financeiro será algo inevitável (Campos, 2014).

Cada entidade pública deve organizar os procedimentos e métodos de controle conforme sua realidade e necessidade, mantendo um constante acompanhamento das operações a fim de detectar se estão sendo obedecidos todos os procedimentos adequados ao registro de informações, garantindo a confiabilidade e transparência dos atos públicos (MAGNUS, 2007).

Conforme Campos (2014), muitos déficits públicos poderiam ser evitados, caso o sistema de controle interno exercesse fidedignamente sua função efetiva no acompanhamento do sistema de controle financeiro da entidade, utilizando-se do fluxo de caixa para verificar as entradas e saídas, gerenciando mais eficazmente os recursos de cada entidade e alertando em caso de distorções e desequilíbrios.

Contudo, cabe ressaltar que o Estado possui características próprias, como no caso do poder concedido aos seus gestores pelas diferentes esferas de governo e em instâncias diversificadas, bem como são convocados às funções designadas (GONÇALVES, 2010).

Ainda conforme Gonçalves (2010), o setor público abrange objetivos diferentes daqueles focados na iniciativa privada, visto que, mesmo utilizando um modelo contábil semelhante em alguns aspectos, a contabilidade pública governamental atua com finalidades distintas da contabilidade privada. Assim, acredita-se que as convergências das normas contábeis do setor público estatal tendem a aproximar-se em algumas feições da Lei das Sociedades Anônimas, adquirindo maior clareza, transparência e rigor nos registros dos atos e fatos, além da publicação das demonstrações contábeis.

De acordo com Campos (2014), segundo determina os dispositivos legais, todo aquele que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos pelos quais o ente responda ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária, seja pessoa física ou jurídica tem por exigência prestar contas. Surge aí, a questão de prestar contas de um descontrole financeiro por falta de acompanhamento por parte dos gestores públicos e de um bom planejamento dos dispositivos anteriores da execução orçamentária.

Este Controle Interno, também atua no acompanhamento da execução das receitas e despesas no exercício emitindo pareceres que darão o conhecimento prévio da situação de existência de superávit ou déficit financeiro, e nada melhor que o fluxo de caixa para confirmar o posicionamento da entidade pública.

A presente pesquisa tem como objetivo verificar se existe diferença na percepção de utilidade da DFC, comparando se contadores do setor público e privado. Para atingir tal objetivo serão avaliados os propósitos da elaboração dos Demonstrativos de Fluxo de Caixa na percepção dos contadores dos dois setores.

A pesquisa será desenvolvida, utilizando-se um questionário eletrônico enviado por e-mail aos respondentes. No questionário serão aplicadas perguntas sobre a aplicabilidade e desenvolvimento da DFC no âmbito dos setores públicos e privados, além disso serão comparados DFCs do setor público e privado e discutida suas funções e aplicabilidades conforme cada setor.

A presente pesquisa se justifica devido a importância de se compreender as diferenciações tanto na elaboração quanto nas finalidades apresentadas na aplicação da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) nos setores públicos e privados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é uma demonstração financeira relativamente nova no Brasil. Ela foi introduzida com a publicação da Lei Federal nº 11.638/07, e tornou-se obrigatória a partir de 2008 para empresas de capital aberto e empresas de grande porte (Lei Federal 11.638/07, art.3º). Até então, apesar de não ser obrigatória, era exigida em casos específicos, como, por exemplo, empresas de energia elétrica (por exigência da ANNEL) e empresas participantes do Novo Mercado (por exigência da BOVESPA). No entanto, o Ibracon, por meio da NPC 20, de abril de 1999, e a própria Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já recomendavam que tal Demonstração fosse apresentada como informação complementar (FRANCISCO et al, 2013).

O uso da DFC no setor privado tem como objetivo básico a projeção das entradas e das saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prognosticar a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa em operações rentáveis para a empresa, proporcionando um fluxo de caixa equilibrado, otimizando a aplicação, de recursos próprios e de terceiros nas atividades mais rentáveis pela empresa (PIVETTA, 2005).

A DFC ajuda a entender outros indicadores como a concentração de pagamentos/recebimentos; sazonalidade nas vendas; necessidade e resultados das políticas de marketing e promoções; estrutura de custos/despesas fixa; necessidade da separação dos controles pessoais e da empresa; necessidade de uma remuneração pelo trabalho do empreendedor; efeitos dos tributos; noção de passivos/obrigações (CAMPOS, 2014). No setor privado, o fluxo de caixa tem sido indicado como uma demonstração de vital importância para a eficácia econômica e administrativa das empresas, sejam elas micro, pequenas, médias ou grandes, a tal ponto, que muitas instituições de crédito exigem a sua apresentação antes de concederem empréstimos ou financiamentos a seus clientes. As empresas que o utilizam dificilmente fracassam, o mesmo não ocorre com aqueles que dele não fazem uso para planejar e controlar as suas atividades. Através do fluxo de caixa a empresa poderá saber antecipadamente (no início de um período) o que ela terá de necessidade ou de excedentes de recursos financeiros, podendo com isso tomar as decisões mais adequadas para solucionar seus impasses (PIVETTA, 2004).

O objetivo da análise financeira, segundo Neves e Viceconti (1998), é fornecer dados numéricos de dois ou mais exercícios, de maneira a contribuir ou instrumentar acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governo, instituições financeiras e investidores interessados na situação da empresa, ou para tomar decisões.

O objetivo primário da DFC, segundo Iudícibus et al, (2013, p.651) é:

“Prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa.”

A contabilidade pública busca atender as necessidades dos órgãos da União, Estados, Municípios, entre outros. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor (NBCT 16.6) – Demonstrações Contábeis (2012):

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A DFC deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: (a) das operações; (b) dos investimentos; e (c) dos financiamentos. O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

No setor privado, apesar de não ser requerido legalmente, o setor sempre se viu obrigado por questões de mercado e sustentabilidade a publicar um demonstrativo de fluxo de caixa que permitisse a avaliação das atividades operacionais, investimento e financiamentos.

Para que se faça uma boa análise das informações, o Fluxo de Caixa de uma empresa deve apresentar uma estrutura com detalhamento que possibilite, ao administrador analisar, entender e decidir adequadamente sobre sua liquidez.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo. Divide todos os fluxos de entrada e saída

de caixa em três grupos: os derivados das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento.

As informações da DFC, principalmente quando explorado agregando as demais demonstrações financeiras, permite que investidores, credores e outros usuários mensurem a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar em- préstimos obtidos; a liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa; a taxa de conversão de lucro em caixa; a performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos; o grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa; os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento etc.

No caso do setor privado, a Demonstração de fluxo de caixa (DFC) veio para substituir a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e o primeiro país a substituí-la foi o Canadá em setembro de 1985. Sucessivamente, foi oficializada nos Estados Unidos em novembro de 1987 e também no Reino unido no ano de 1991. Entretanto, países como a França e a Alemanha recomendam a publicação dos dois demonstrativos (LUSTROSA, 1997). Já no Brasil o Projeto de Lei nº 3.741 que após tramitação originou a Lei nº 3.741/100, institui a substituição da DOAR em razão de a Demonstração de Fluxo de Caixa vir sendo abordada como importante instrumento para a gestão financeira.

Através da análise da DFC é possível realizar a projeção do fluxo de caixa de uma empresa, o que representa um diferencial em relação às outras demonstrações contábeis. Essa projeção quando aplicada às empresas que estão há pouco tempo no mercado ou em fase de expansão é capaz de estabelecer antecipadamente se os resultados serão bons ou ruins para a entidade; já em relação a empresas com maior estabilidade, é possível perceber através de seu comportamento se a entidade apresenta crescimento ou estagnação.

Para a economia moderna é espontânea a adoção da Demonstração de Fluxo de Caixa em substituição à Demonstração de Origens e Aplicações, visto que a DFC demonstra ser mais compreensível e assim torna mais acessível o seu entendimento, em especial pelos usuários externos pouco habituados a linguagem técnica. Esta simplicidade está ligada ao fato de que o fluxo de caixa é basicamente a representação de todas as entradas e saídas realizadas pelas práticas da empresa, conseqüentemente interpretando com maior compreensão a disponibilidade financeira da empresa.

2.2 Estudos anteriores

Conforme estudo realizado por Gonçalves (2010), com o intuito de estabelecer um estudo comparativo entre a contabilidade aplicada ao setor privado com a contabilidade utilizada pelas entidades do setor público estatal. O autor relatou semelhanças em alguns aspectos, porém as diferenças entre a contabilidade aplicada ao setor privado e a contabilidade pública estatal ainda são superiores, o que dificulta a aplicação de um modelo de contabilidade semelhante entre si. Entre outros fatores, considera-se que as diferenças expostas se baseiam em aspectos típicos da administração pública, como a não finalidade de lucro e a observância dos princípios da administração pública, como a legalidade, publicidade, eficiência, entre outros, que também devam ser seguidos pela contabilidade aplicada ao setor público estatal.

A Contabilidade Pública tem características próprias e exigem métodos que aliem o planejamento financeiro à execução do orçamento, a DFC surge como ferramenta que irá auxiliar e apresentar soluções para o déficit público, prevenindo se utilizada de forma correta, sintomas de desequilíbrio financeiro conforme Campos (2014).

Pela nova contabilidade, as receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias continuam sendo registradas, respectivamente, no momento de arrecadação e do empenho. Mas os fatos geradores dessas receitas e despesas passam a ser reconhecidas no efetivo momento de sua ocorrência, conhecido na nova contabilidade como regime de competência (CAMPOS, 2014). Ainda conforme a autora, com a adoção do regime de competência, surgirá muitos questionamentos quanto ao reconhecimento das receitas públicas, pois estas sempre foram registradas conforme o regime de caixa, e seus efeitos só refletiam no patrimônio após seu reconhecimento.

De acordo com Campos (2014), a partir de agora, o gestor deve ficar atento sobre as informações geradas em sua contabilidade, pois o fato de ter sido registrado um direito a receber (conta de ativo) não representa uma disponibilidade imediata, uma vez que, dependendo, por exemplo, do tributo, o prazo de arrecadação é diluído em alguns meses como o imposto predial e territorial urbano (IPTU).

Pivetta (2005), destaca como principais objetivos da aplicação do DFC no setor privado saldar as obrigações da empresa nas datas de vencimento, planejar pagamentos, em datas certas para não incorrer em inadimplemento; ter um fundo com saldo de caixa para eventuais despesas; quando tem caixa elevado programar para uma melhor aplicação e pelo tempo que depois de analisado o fluxo pode se deixar; buscar perfeito equilíbrio entre ingressos

e desembolsos de caixa da empresa; analisar fontes de crédito que oferecem empréstimos menos onerosos.

Conforme Pivetta (2005), a DFC é uma ferramenta que possibilita o auto planejamento pelas empresas, permitindo visão de curto e médio prazo sobre o seu desempenho e planejamento de investimentos, propiciando capacidade de tomar decisões rápidas, fundamentadas diante do surgimento de dificuldades financeiras.

Em Barbosa (2010), o caixa é uma das mais importantes aplicações da empresa, uma vez que este mecanismo viabiliza transações e ainda serve como instrumento de contingência, pois pode fazer frente a problemas não previstos, como insolvência de um cliente. A empresa deve manter o nível de caixa necessário para conduzir seus negócios normais, pois quanto mais irregulares forem as entradas e saídas de recursos, maiores são as necessidades de caixa. Esta irregularidade pode ser causada por flutuações nas vendas, política irregular de crédito dos fornecedores, política irregular de crédito a clientes, a fatores característicos do setor em si ou até mesmo por excesso de conservadorismos do administrador.

Conforme Barbosa (2010), o nível de recursos de caixa para satisfazer as necessidades de contingência da empresa dependerá da habilidade de previsão de fluxo de caixa, e das possibilidades de obtenção de recursos no mercado financeiro. Um dos maiores problemas em controlar o fluxo de caixa de uma micro e pequena empresa no Brasil é o elevado número de negociações realizadas sem a nota fiscal, e conseqüentemente sem o devido registro destas operações. Não há como negar essa realidade preocupante, e isso torna a composição, controle e análise de fluxo de caixa na pequena empresa brasileira um desafio tão grande quanto o de separar os recursos do caixa da empresa, do bolso do empresário, ou seja, o desafio de conscientizar o empresário de que não se deve utilizar recursos do caixa da empresa para arcar com despesas e gastos pessoais; outra triste realidade nas empresas brasileiras. Essas ações são incoerentes com a necessidade das empresas e atrapalham as conclusões na hora em que se deve tomar uma decisão com relação às finanças da organização.

O fluxo de caixa tem sido indicado como um instrumento que permitiria a compreensão, por parte do empreendedor, dos efeitos de suas decisões sobre os resultados obtidos, sobretudo para o pequeno empreendedor. O uso do controle de fluxo de caixa pelo empreendedor melhora o seu entendimento sobre o funcionamento de seu empreendimento, assim como lhe proporciona um caminho ao entendimento da formação do lucro. Além disso, a DFC tem um efeito didático, pois pode abrir as portas para que gradativamente os relatórios contábeis passem a fazer parte do cotidiano do pequeno empresário, que atualmente se encontra

ainda muito distante desta grande fonte de informações, que é a contabilidade (RIBEIRO, 2009).

No início de sua adoção pelas empresas, essa demonstração apresentava falta de uniformidade em sua apresentação, além de descumprimento parcial por grande parte das empresas das orientações estabelecidas no Pronunciamento Contábil, CPC 03, quanto aos critérios de classificação e divulgação (FILHO et al., 2011).

A DFC substituiu a DOAR a partir da aprovação da Lei Federal 11.638/07. Pesquisas indicam que as informações geradas pela DOAR e DFC não apresentam diferenças significativas quanto a maior parte dos indicadores. Enquanto a DOAR registra a variação e a formação dos recursos na empresa, sob a forma da variação do capital circulante líquido (CCL), a DFC permite uma análise detalhada da formação do caixa, dando destaque para as atividades que refletem no caixa. Entretanto, alguns indicadores, como por exemplo, o indicador que mede a capacidade de amortização de dívidas calculados a partir da DFC, permitiu uma melhor visualização da situação da empresa do que a DOAR. Constatou-se que ambas fornecem informações relevantes, que essas não são excludentes, mais sim complementares (BORSATO; PIMENTA; LEMES; 2009).

A DFC tornou-se obrigatória no setor público a partir de 01/01/2010, através da resolução 1.128/08, conhecida como NBCASP 16.6.

O uso da DFC no setor público tem sido indicado como útil para a tomada de decisão dos gestores, atuando de forma complementar ao Balanço Financeiro, já em uso no setor público desde 1964 (Lei Federal 4.320/64, art. 103), gerando, portanto, um ganho informacional para os usuários da contabilidade pública (PEDERNEIRAS et al., 2014).

Andrade e Silva (2017), analisaram o poder informativo dos métodos direto e indireto na apresentação da DFC. Para alcançar tal objetivo foi realizada uma revisão da literatura contábil internacional sobre o tema, sem a pretensão de esgotar o assunto ou determinar o método ideal. A partir da análise realizada, verificou-se que há evidências de que o método direto é o mais útil para a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base na literatura internacional. Percebeu-se que, apesar de o FASB e o IASB incentivarem a utilização do método direto, não é frequente a apresentação da DFC por este método, com exceção de empresas da Austrália. Os preparadores reconhecem a utilidade do método direto, mas na prática, em sua maioria, adotam o método indireto, apesar das evidências de que os custos adicionais para elaborar a DFC pelo método direto não superam os benefícios.

Portanto, acredita-se que, além de melhorar o processo de gestão das pequenas empresas, o controle de fluxo de caixa pode vir a contribuir tanto no melhor entendimento do

ambiente empresarial, por parte do pequeno empreendedor, quanto na compreensão dos aspectos contábeis essenciais e sua importância no contexto das pequenas empresas (BARBOSA, 2010).

Souza e Rios (2011) encontraram que as ações da contabilidade, subsidiam as atividades da gestão, As atividades da gestão dependem das ações da Contabilidade, visto que as informações fornecidas pela contabilidade (formalidades de escrituração, as demonstrações contábeis, e a análise de balanços) são registros preciosos por refletirem o estado patrimonial, financeiro e de resultado do negócio.

3 METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho classificou-se pela abordagem de forma qualitativa, pois evidenciou informações importantes e fundamentais à comparação da contabilidade pública e privada, principalmente ao associar os componentes típicos do Demonstrativo de Fluxo de Caixa. Além disso, o levantamento das diferenças foi feito pela comparação das principais características que definem estas áreas contábeis com o intuito de limitar o grau de divergências entre elas. Para facilitar a análise dos dados qualitativamente levantados, adotou-se o método comparativo, permitindo-se, então, melhor desenvolvimento e análise das informações abordadas na pesquisa.

No trabalho desenvolvido, este método aplicou-se na segunda etapa, onde foram comparadas demonstrações de fluxo de caixa do setor privado e do setor público, expondo pontos comuns e principalmente explorando as divergências encontradas pelo método comparativo.

Classificou-se também como quantitativa por ser abordado também através de questionários aplicados à população interessada de fora que geraram dados estatísticos sobre as questões que cercam as diferenças entre as relações contábeis entre os setores públicos e privados.

Para o desenvolvimento da pesquisa, cujo objetivo é verificar se existe diferença na percepção de utilidade da DFC, comparando se contadores do setor público e privado, foi utilizado um questionário eletrônico para captar a percepção de contadores, tanto os atuantes no setor público, quanto os do setor privado. O questionário utilizado na pesquisa está apresentado no Apêndice A.

Para o desenvolvimento do questionário, foi realizado um pré-teste de forma a permitir validação das questões antes de sua utilização definitiva. Essa avaliação pode ser feita por meio da aplicação do questionário a um pequeno grupo de respondentes com características semelhantes à da população alvo. O pré-teste serve também para verificar se o questionário apresenta três importantes elementos: (1) fidedignidade: os resultados serão os mesmos, independentemente de quem o aplicou; (2) validade: os dados coletados são necessários à pesquisa; e (3) operatividade: o vocabulário é acessível e o significado é claro (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 102).

O pré-teste foi enviado para 4 contadores, sendo 2 do setor público e 2 do setor privado. Após as respostas, eventuais ajustes foram realizados no questionário com base nas observações

feitas por parte dos respondentes. Questões apontadas no pré-teste foram alvo de ajustes no instrumento antes da aplicação final do questionário.

O questionário final possuía um total de 16 perguntas e foi aplicado por meio de ferramenta eletrônica disponibilizado no período de fevereiro a março de 2019, por compartilhamento via redes sociais. Esteve disponível para o setor público e privado no mesmo período evitando-se efeitos exógenos nas respostas.

Os respondentes foram selecionados com base na sua área de atuação no mercado, ou seja, setor público ou setor privado. Os respondentes tinham como características incomum o tempo de atuação no mercado, mostrando conhecimento e entendimento sobre a questão apontada nesta pesquisa, grande parte possuindo mais de dez anos de carreira e todos possuem ensino superior completo. Dentre 52 respondentes, obteve-se em média 48 respostas completas. Devido a isto ressalta-se que podem existir quantidades diferentes de respostas por questões formuladas, quando no momento da análise.

4 RESULTADOS

A Tabela 1 mostra a apresentação da experiência dos respondentes da pesquisa. No total foram 32 respondentes, sendo 23 do setor público e 9 do setor privado. Em geral, os respondentes possuem mais de 10 anos de experiência. A maioria dos respondentes são de setor público representando mais de 70% dos respondentes desta questão. O tempo de experiência dos respondentes do setor privado também supera os 10 anos em sua maioria.

Tabela 1 – Experiência dos respondentes

Anos de experiência	Setor público	Setor privado
Até 3 anos	2	0
Entre 3 e 5 anos	0	0
Entre 5 e 10 anos	5	2
Acima de 10 anos	16	7

Na Tabela 2 apresenta que de forma geral os respondentes possuem alto grau de escolaridade, sendo que no setor público na área de Administração, 14% possuem grau técnico, 43% nível de graduação superior, 14% especialização e 29% mestrado ou doutorado. Enquanto em 13% possuem técnico em Contabilidade, 25% graduação superior, 42% especialização e 21% mestrado ou doutorado.

No setor privado temos que 67% são Bacharéis em Administração e destes 33% possuem mestrado ou doutorado. Enquanto 13% possui técnico em Contabilidade, 38% possuem graduação, 38% possuem especialização e 13% mestrado ou doutorado. Considerando que os respondentes podem informar mais de uma formação incluído nível técnico e nível de graduação.

Setor Público (n = 33)					
	Técnico	Superior	Especialização	Mestrado / Doutorado	Total
Administração	14%	43%	14%	29%	100%
Contabilidade	13%	25%	42%	21%	100%
Direito	0%	100%	0%	0%	100%
Total (n)	4	11	11	7	33
Setor Privado (n=11)					
	Técnico	Superior	Especialização	Mestrado / Doutorado	Total
Administração	0%	67%	0%	33%	100%
Contabilidade	13%	38%	38%	13%	100%

Total (n)	1	5	3	2	11
Notas. (2) Os respondentes puderam informar mais de uma formação. Campos preenchidos com “.” indicam que não há dados ou não houveram respondentes nesta classificação.					
Setor Público					
	Técnico	Superior	Especialização	Mestrado / Doutorado	
Administração	1	3	1	2	
Contabilidade	3	6	10	5	
Direito	.	2	.	.	
Total	4	11	11	7	
Setor Privado					
	Técnico	Superior	Especialização	Mestrado / Doutorado	
Administração	.	2	.	1	
Contabilidade	1	3	3	1	
Total	1	5	3	2	

Tabela 2 – Formação dos respondentes

Na Tabela 3, analisa-se que no setor público a relevância da demonstração de fluxo de caixa obteve uma média de 4,19 mostrando que de fato esta demonstração tem se mostrado relevante para esse setor. Diante da questão da utilização da demonstração de fluxo de caixa juntamente ao balanço patrimonial obteve uma média de 4,03 concluindo que para a maior parte dos contadores do setor público a utilização conjunta das duas demonstrações é de grande valia.

Na questão do entendimento da DFC ser simples e intuitiva obteve uma média de 3,19. Na última questão sobre a não concordância da adoção da DFC pelas normas contábeis obteve se média de 2,13 mostrando de forma clara que uma minoria não seria então a favor da demonstração no país.

No setor privado a análise a respeito da consideração da demonstração de fluxo de caixa ser algo relevante obteve uma média de 4,74 quase que de maneira absoluta os profissionais do setor privado fazem uma maior utilização da DFC. Sobre a utilização da DFC juntamente com o balanço obteve uma média de 4,53 mais uma média obtida mais alta que no setor público o que nos leva a crer que a utilização da DFC juntamente com o balanço e feita com maior frequência nas instituições privadas. O entendimento da DFC é simples e intuitivo obteve uma média de 3,32. Sobre a não concordância com a adoção da DFC pelas normas contábeis no Brasil obteve uma média de 2,42.

Fazendo uma análise geral é visível que a DFC é mais utilizada por instituições do setor privado, onde foram obtidos maiores medias de utilização em todos os campos, tendo maior aceitação e usabilidade de modo geral. Isso ocorre devido às diferenças de utilização da DFC dentro dessas duas esferas. No setor público a utilização é feita de maneira mais conservadora buscando auxiliar e apresentar soluções para o déficit público, prevenindo de sintomas de

desequilíbrio financeiro. No setor privado sua utilização é mais abrangente tendo como principais objetivos planejar pagamentos, em datas certas para não incorrer em inadimplimento; ter um fundo com saldo de caixa para eventuais despesas; quando tem caixa elevado programar para uma melhor aplicação e pelo tempo que depois de analisado o fluxo pode se deixar; buscar perfeito equilíbrio entre ingressos e desembolsos de caixa da empresa; analisar fontes de crédito que oferecem empréstimos menos onerosos.

Tabela 3- Análise da importância da DFC pelos respondentes

Análise	Setor Público (n=29)				Setor Privado (n=19)			
	Méd	Desv Pad	Mín	Máx	Méd	Desv Pad	Mín	Máx
Eu considero a DFC algo relevante na contabilidade.	4,19	1,06	1	5	4,74	0,45	4	5
Vejo a utilização da DFC juntamente com o balanço patrimonial como algo necessário.	4,03	1,09	1	5	4,53	0,61	3	5
O entendimento da DFC é simples e intuitivo.	3,19	1,20	1	5	3,32	0,95	2	5
Eu não concordo com a adoção da DFC pelas normas contábeis no Brasil.	2,13	1,29	1	5	2,42	1,17	1	5

Na Tabela 4, podemos analisar que no setor público a não utilização da DFC é feita por 51,72% (15 respondentes). Utilização feita raramente 27,59% (8 respondentes). E a utilização feita frequentemente foi de 17,24% (5 respondentes). No setor privado a não utilização da DFC é feita por 0%. Utilização feita raramente 26,32% (5 respondentes). E a utilização frequente é feita por 63,16% (12 respondentes).

Tabela 4- Frequência da utilização da DFC

	Setor Público (n=29)	Setor Privado (n=19)
	(N)	(N)
Não utilizamos a DFC	15	0
Raramente	8	5
Frequentemente	5	12
	Setor Público (n=29)	Setor Privado (n=19)
	(%)	(%)
Não utilizamos a DFC	51,72%	0%
Raramente	27,59%	26,32%
Frequentemente	17,24%	63,16%

Diante dos dados apurados fica evidente a relação de importância dada a DFC nos dois setores. Mesmo se mostrando relevante na tabela anterior no setor público a DFC acaba ficando em desuso devido ao objetivo de utilização dentro das instituições de setor público serem totalmente diferentes dos objetivos do setor privado. O setor privado mostra um cenário inverso

do setor público onde a utilização da DFC é feita de modo frequente isso demonstra que a diferença dos objetivos entre os setores influencia de forma direta sobre a utilização da DFC.

Os resultados estão de acordo com o trabalho de Pivetta (2005) que discutiu a utilização do fluxo de caixa nas empresas do setor privado deixando claro que houve uma maior aceitação da demonstração no setor privado devido ao fato da DFC conduzir o gestor a um maior conhecimento do negócio e sua facilidade de compreensão. Conforme Valter (2008) em sua pesquisa sobre a análise da utilização da DFC, apurou que dos respondentes (79,2%) acabam por utilizar o fluxo de caixa como instrumento de tomada de decisões. Estando assim em conformidade com o resultado obtido nesta pesquisa a respeito da relevância da DFC.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho efetuou um levantamento da percepção de importância da demonstração do fluxo de caixa entre o setor público e o privado de acordo com os respondentes dos dois setores. Ao realizar tal comparação, observa-se a existência de uma diferença significativa entre a utilização entre os dois setores. Desse modo buscamos entender as variáveis que poderiam impactar diretamente essa diferenciação de utilidade de uma mesma demonstração. Assim, reforçando a necessidade e importância do assunto abordado neste trabalho não só para os profissionais que trabalham com a demonstração, mas também para os acadêmicos da área contábil, que podem encontrar novas pontas de estudos a partir do presente trabalho. O que leva à seguinte questão prática: qual a importância da DFC no setor público e no setor privado?

Diante dos resultados obtidos podemos concluir que existe sim diferença na percepção da importância da DFC entre os dois setores onde vemos que no setor público mais de 51% dos respondentes não fazem uso da DFC nos mostrando claramente a falta de importância desta demonstração dentro das instituições públicas onde o foco da utilização se mostra diferente do setor privado, assim tendo utilidade no setor somente para verificar as variações entre as despesas previstas e reais e apresentar soluções para o déficit público, prevenindo se utilizada de forma correta, sintomas de desequilíbrio financeiro.

Notavelmente a DFC apresenta maior valor para o setor privado, onde 63,16% dos respondentes disseram fazer uso frequente considerando que para esse setor essa ferramenta permite controlar a existência de concentração de pagamentos/recebimentos; sazonalidade nas vendas; necessidade e resultados das políticas de marketing e promoções; estrutura de custos/despesas fixa; necessidade da separação dos controles pessoais e da empresa; necessidade de uma remuneração pelo trabalho do empreendedor; efeitos dos tributos; noção de passivos/obrigações.

Através do conhecimento do que ocorreu anteriormente se poderá fazer uma boa projeção do fluxo de caixa para o futuro mais próximo ou distante. A comparação do fluxo projetado com o real indica as variações que, quase sempre, demonstram as deficiências nas projeções. Estas variações são excelentes subsídios para aperfeiçoamento de novas projeções de fluxos de caixa.

O objetivo básico na administração do setor privado é a projeção das entradas e das saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prognosticar a necessidade de

captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa em operações rentáveis para a empresa, proporcionando um fluxo de caixa equilibrado, otimizando a aplicação, de recursos próprios e de terceiros nas atividades mais rentáveis pela empresa. Torna-se possível também uma melhor administração dos recursos nos âmbitos de saldar as obrigações da empresa nas datas de vencimento; planejar pagamentos em datas certas para não incorrer inadimplemento; ter um fundo com saldo de caixa para eventuais despesas; quando tem caixa elevado programar para uma melhor aplicação e buscar o equilíbrio entre ingressos e desembolsos de caixa da empresa.

A partir dos resultados obtidos no presente trabalho, é possível notar a grande distância entre a definição e utilidade da DFC entre os setores público e privado. Assim nos dando a possibilidade de aprofundamento no tema e de novas linhas de pesquisas. É possível, por exemplo, confrontar os resultados de um determinado grupo tal como a análise da percepção da DFC nos setores público e privado em diferentes estados.

Sugere-se que pesquisas futuras analisem o motivo de o setor público não dar a devida importância a DFC, se a utilização sofre alterações dependendo da região do país, analisar grupos com as mesmas características a fim de determinar se a importância da DFC é algo específico de um grupo.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Elisabeth M. C.; SILVA, Denise Mendes da. **Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto ou indireto?** Revista Mineira de Contabilidade, v. 18, n. 1, p. 5–14, 2017.

BARBOSA, Heitor Monteiro. Análise de demonstrativos financeiros como ferramenta para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. Scientia FAER, Olímpia - SP, Ano 2, Volume 2, 1º Semestre. 2010.

BORSATO Jaluza Maria Lima Silva; PIMENTA, Daiana.; LEMES, Sirley. Uma Abordagem Comparativa na Análise da DOAR e DFC : um Estudo de Caso na Cia . Vale do Rio Doce. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 2, p. 161–179, 2009.

CAMPOS, Regiane Almeida. **A demonstração do fluxo de caixa como importante instrumento de avaliação da Gestão Pública**. Universidade Cândido Mendes. Pós Graduação Lato Sensu. Alpercata, 2014.

FILHO, Adriano Cardoso Teixeira; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; PAULA, Melisa Maia de; VIEIRA, Simone Silva da Cunha; **Cumprimento das Orientações Normativas Acerca da Divulgação da Demonstração do Fluxo de Caixa pelas Companhias Abertas que Compõem o Ibovespa**. Pensar Contábil, v. 13, n. 50, p. 14–22, 2011.

FRANCISCO, Adriana da Silva; MARTINS, Lilian Andreia Gomes; LIMA Crislaine Silva; FERREIRA, Michelle Borella. **Contabilidade financeira**: um estudo das dificuldades percebidas pelos contadores na implantação da demonstração do fluxo de caixa (DFC) em empresas de grande porte do ABC. Universidade do Grande ABC. Santo André, 2013.

GONÇALVES, André da Rosa. **Demonstrativo de Fluxo de Caixa**: Estudo comparativos dos componentes típicos no setor público estatal versus empresarial. Universidade de Santa Catarina. Centro Sócio – econômico. Departamento de Ciências Contábeis . Florianópolis, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade societária**: aplicável também às demais sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LEMES, Sirlei; Carvalho, Nelson Guedes. **Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP**: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 25-45, maio/agosto 2009.

LUSTROSA, Paulo Barbosa. **DOAR** : Uma Morte Anunciada. Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, v.9, n.16, p.26-38, julho/dezembro 1997

MAGNUS, Cristina Oliveira. **Controle interno financeiro em uma entidade sem fins lucrativos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada: e análise das demonstrações financeiras.** Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/3193228/contabilidade-avancada---silverio-e-paulo-viceconti>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **Contabilidade aplicada ao setor público** : NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo; et al. Uma Investigação na Complementaridade do Fluxo de Caixa e do Balanço Financeiro após a Aprovação da NBCASP 16.6 para o Setor Público. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 3, n. 3, p. 99–120, 2013.

PIVETTA, Geize. **A utilização do fluxo de caixa nas empresas**: um modelo para a pequena empresa. Revista eletrônica de contabilidade. Universidade Federal de Santa Maria. 2005

RIBEIRO, Leticia Magno. **Governança corporativa em pequenas em médias empresas brasileiras. Fundação Getúlio Vargas.** Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas para obtenção do grau de Mestre. Rio de Janeiro 2009

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário utilizado

Prezados,

O presente questionário faz parte de uma breve pesquisa sobre o uso da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

São poucas perguntas obrigatórias, cujas respostas não devem levar mais do que 4 minutos de seu tempo. Suas respostas são muito importantes.

Essa breve consulta está sendo conduzida pelo aluno de graduação Rafael Fellipe Monteiro Santos, sob orientação do professor Dr. Ricardo Rocha de Azevedo, da Faculdade de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Uberlândia.

Caso tenha algum comentário adicional, ou dúvidas, por favor, entre em contato pelo e-mail rafael.monteiro@ufu.br

Se desejar receber uma cópia, por favor, informe seus dados ao final (opcional).

Agradecemos sua atenção.

1. Informe o grau de concordância para as seguintes afirmações sobre a DFC:

1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente
-------------------------------	-----------------	--	-----------------	-------------------------------

- a. Eu considero a DFC algo relevante na contabilidade.
- b. Vejo a utilização da DFC juntamente da DRE e o balanço patrimonial como algo necessário.
- c. O entendimento da DFC é simples e intuitivo.
- d. Eu não concordo com a adoção da DFC pelas normas contábeis no Brasil.

Comente se desejar.

2. Qual a área de sua entidade

- a. Setor Público
- b. Setor Privado
- c. Terceiro Setor

3. Qual a área de atuação da empresa? (Setor Privado)

- a. Agro e Pesca
- b. Alimentos e Bebidas
- c. Comércio
- d. Construção
- e. Eletroeletrônicos
- f. Energia Elétrica
- g. Finanças e Seguros
- h. Fundos
- i. Máquinas Industriais
- j. Mineração
- k. Minerais não metalúrgicos
- l. Outros
- m. Papel e Celulose
- n. Petróleo e Gás
- o. Química
- p. Siderurgia & Metalurgia
- q. Software e Dados
- r. Telecomunicações
- s. Têxtil
- t. Transporte Serviços
- u. Veículos e peças,

4. Qual o faturamento anual (estimado):

- a. até R\$60.000,00
- b. de R\$60,000,01 até R\$360.000,00
- c. de R\$360.000,01 até R\$3.600.000,00
- d. de R\$3.600.000,01 até R\$16.000.000,00
- e. de R\$16.000.000,01 até R\$90.000.000,00
- f. acima de R\$90.000.000,01

Comente se desejar:

5. Qual o tipo de entidade pública ? (Setor Público)

- a. Prefeitura Municipal
- b. Governo Estadual
- c. Governo Federal
- d. Autarquia
- e. Fundação
- f. Empresa pública ou sociedade de economia mista
- g. Consórcio público
- h. Outra (especifique)

6. Quantos anos você tem de experiência no setor privado, antes de atuar no setor público (Setor Público)

7. A DFC é utilizada em nossa entidade de acordo com a seguinte frequência:

- a. Não utilizamos a DFC
- b. Raramente
- c. Frequentemente
- d. Utilizávamos, mas foi abandonada

Comente se desejar:

8. Porque sua entidade não utiliza a DFC ?
- a. Custos de elaboração
 - b. Falta de pessoal
 - c. Desconhecimento sobre a utilização
 - d. O software atua não permite a emissão da DFC
 - e. A entidade não está obrigada legalmente
 - f. Não vemos utilize

9. Informe qual o método mais utilizado:

	Nunca utilizamos	Raramente	Frequentemente
DFC- Método Direto			
DFC- Método Indireto			

10. Sobre o uso da DFC, informe o seu grau de concordância:

1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente
-------------------------------	-----------------	--	-----------------	-------------------------------

- a. A DFC é utilizada em minha entidade pelos gestores, com a avaliação futura de necessidade de caixa por exemplo.
- b. Em minha opinião, a DFC é elaborada apenas para cumprimento de regras (legislação ou normas da empresa).
- c. Ela praticamente não é utilizada pelos gestores como fonte de tomada de decisão.
- d. A DFC é elaborada automaticamente por um sistema informatizado (software) contábil.
- e. Em nossa entidade, sempre é realizada uma conferência dos valores gerados na DFC para garantir sua confiabilidade.

Outro (especifique):

11. Porque abandonaram o uso da DFC ?

- a. Custo
- b. Falta de Pessoal
- c. Desconhecimento sobre a utilização
- d. O software atual não permite mais a emissão da DFC
- e. A entidade não está mais obrigada legalmente
- f. Não vemos utilidade

Outro motivo? Comente por favor.

12. Qual é sua formação:

(marque mais de uma se necessário)

	Técnico	Superior	Especialização	Mestrado/doutorado
Administração				
Direito				
Contabilidade				
Economia				

Outra formação:

13. Qual é seu município e estado?

14. Quantos anos de experiência profissional você possui?

- a. Até 3 anos
- b. Entre 3 e 5 anos
- c. Entre 5 e 10 anos
- d. Acima de 10 anos

15. Informe seu e-mail se desejar receber uma cópia dos resultados:

APÊNDICE B - Demonstração de Fluxo de Caixa no setor privado

Imagem 1 – Demonstração de Fluxo de Caixa Setor Privado

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.12	Operações com partes relacionadas	167.882	-104.990	-1.275
6.01.02.13	Liquidação de juros sobre empréstimos e debêntures	-507.063	-789.606	-834.965
6.01.02.14	Demais Contas a Pagar	-42.980	-53.927	61.287
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	895.694	-2.687.219	-1.091.315
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.840.896	-999.881	-77.750
6.02.02	Investimentos em controladas	-52	-752.163	-762.059
6.02.03	Imobilizado	-823.052	-823.964	-463.269
6.02.04	Intangível	-126.111	-115.883	-97.644
6.02.05	Dividendos Recebidos	4.013	4.672	9.407
6.02.06	Redução de capital de controlada direta	0	0	300.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-349.480	3.864.940	700.319
6.03.01	Captação de Empréstimos	811.321	911.174	1.007.167
6.03.02	Pagamento de Principal	-1.424.156	-456.299	-290.093
6.03.03	Captação de Debêntures	1.000.000	1.500.000	300.000
6.03.04	Pagamento de Principal	-639.800	-311.621	-194.690
6.03.05	Contas a Receber Plano de Ações	1.683	3.952	9.395
6.03.06	Ágio em transações de ações de controlada	0	-2.696	7.526
6.03.07	Aumento de Capital	3.205	2.335.437	34.974
6.03.08	Dividendos a Participações Pagos	-101.733	-115.007	-116.873
6.03.09	Recompra de Ações de Própria Emissão	0	0	-57.087
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.663.941	1.735.974	-698.163
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.029.213	293.239	991.402
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.693.154	2.029.213	293.239

Imagem 2 – Demonstração de Fluxo de Caixa Setor Privado

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.117.727	558.253	-307.187
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.159.272	2.085.898	1.234.791
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	390.490	237.028	211.657
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	500.150	434.194	344.900
6.01.01.03	Valor Residual do Ativo Imobilizado e Intangível Baixado	13.376	29.858	19.228
6.01.01.04	Participações em Controladas	241.277	239.494	276.571
6.01.01.05	IR e CSLL Correntes	245.039	165.825	177.426
6.01.01.06	IR e CSLL Diferidos	23.500	-10.448	-93.930
6.01.01.07	Juros sobre Demais Créditos e Débitos	1.671	6.251	-33.443
6.01.01.08	Juros e Variações sobre Financiamentos	889.005	906.328	956.532
6.01.01.09	Constituição de Provisão para Contingências	52.350	51.400	43.000
6.01.01.10	Reversão de Provisão para Contingências	-13.520	-10.846	-22.201
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	39.628	34.973	12.591
6.01.01.12	Provisão para perda de crédito estimada - cartões de crédito	-41	-1.185	319
6.01.01.13	Provisão para perdas por inventário e obsolescência	2.530	10.992	26.884
6.01.01.14	Participação de empregados e diretores	22.600	0	12.800
6.01.01.15	Outros	-18.782	-7.494	2.451
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.039.546	-1.527.646	-2.241.959
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-152.440	-106.054	-167.986
6.01.02.02	Estoques	-209.009	-234.320	-165.763
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-107.597	-52.505	-187.416
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	10.320	16.891	-3.471
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-40.647	5.599	-538
6.01.02.06	Demais Contas a Receber	-39.079	-229.909	-71.065
6.01.02.07	Fornecedores	259.991	220.194	-682.546
6.01.02.08	Salários e Encargos Trabalhistas	13.547	32.987	-19.911
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-11.425	-23.494	-44.214
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social correntes	-243.187	-167.540	-121.270
6.01.02.11	Pagamentos de Contingências	-37.874	-44.932	-15.825

Fonte: Demonstrações Financeiras Lojas Americanas S. A. (2018).

APÊNDICE C - Modelo de DFC no setor público

Imagem 3 – Demonstração de Fluxo de Caixa do Setor Público

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	2.415.450	2.257.976	2.415.450	2.257.976
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	(170.527)	(307.620)	(124.512)	(253.348)
Depreciação e Amortização	939.327	895.581	370	222
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	21.434	502	183	823
Resultado de Equivalência Patrimonial	744	-	(2.520.216)	(2.104.382)
Juros e Variações Monetárias	(782.764)	(515.615)	(184.280)	(40.596)
Provisões para Perdas Operacionais	342.161	(77.801)	(1.892)	(138.479)
Amortização de Ação nas aquisições	85.520	71.746	-	-
Obrigações Pós-emprego	286.578	208.048	13.671	-
Outros	-	-	(29)	14.636
	3.137.923	2.532.817	(401.255)	(263.148)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(513.653)	(32.243)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	173.233	115.964	-	-
Tributos Compensáveis	(167.761)	107.526	34.859	34.327
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	432.518	(74.806)	-	-
Concessionários – Transporte de energia	(26.504)	(33.572)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(225.658)	(399.639)	54.641	(100.056)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	2.285.883	2.266.708
Ativo Financeiro	659.702	501.418	-	-
Outras	(53.290)	(124.630)	(35.692)	50.287
	278.587	60.018	2.339.691	2.251.266
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	68.839	268.814	10.372	(12.588)
Impostos, Taxas e Contribuições	117.304	1.516	2.904	40.690
Salários e Contribuições Sociais	28.633	(110.033)	509	(5.945)
Encargos Regulatórios	103.535	60.181	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	245.911	285.747	(11.769)	241
Obrigações Pós-emprego	(160.247)	(56.247)	(9.772)	(10.125)
Outros	(122.296)	333.260	2.321	68.429
	481.679	783.238	(5.435)	80.702
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.898.189	3.376.073	1.933.003	2.068.820

Fonte: Demonstrações Financeiras CEMIG (2012).

Imagem 4 – Demonstração de fluxo de caixa do setor público

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	(177.484)	-	(411.012)	(891.415)
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(37.129)	(321.858)	(179.945)	(55)
Em Ativos Financeiros	(1.025.894)	(1.477.201)	-	-
Em Imobilizado	(924.223)	(347.479)	-	(699)
Em Intangível	(1.851.993)	(2.297.772)	-	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.016.723)	(4.444.310)	(590.957)	(892.169)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos e Debêntures Obtidos	4.255.451	6.227.342	1.000.000	350.000
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(2.218.500)	(4.775.489)	(368.397)	(18.396)
Aporte em FIDC	-	-	(14.075)	(33.336)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(2.035.620)	(1.828.882)	(2.035.620)	(1.828.882)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.331	(377.029)	(1.418.092)	(1.530.614)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(117.203)	(1.445.266)	(76.046)	(353.963)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	2.979.693	4.424.959	302.741	656.704
No fim do exercício	2.862.490	2.979.693	226.695	302.741
	(117.203)	(1.445.266)	(76.046)	(353.963)
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	1.082.453	803.131	32.665	7.744
Imposto de Renda e Contribuição Social	895.373	501.846	41.604	31.674
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Encargos financeiros transferidos para o Imobilizado	46.643	17.116	-	-

Fonte: Demonstrações Financeiras CEMIG (2012).